

Novos olhares interdisciplinares sobre a cerâmica Jê Meridional em Santa Catarina¹

Francisco Abrahão Gonzaga²

Palavras-chave: análise cerâmica; Jê Meridional; cadeia operatória

Introdução

A presente exposição resume alguns resultados da minha pesquisa de mestrado (Gonzaga, 2022), cujo objetivo foi revisitar a tecnologia da cerâmica arqueológica associada aos povos Jê Meridionais em Santa Catarina. Aqui, me deterei sobre uma das etapas dessa pesquisa: um levantamento envolvendo as menções à cerâmica no registro etno-histórico e etnográfico dos povos Kaingang e Laklãnõ (Xokleng). Como será argumentado, tais dados são de importância fundamental para pensar a cadeia operatória da cerâmica Jê Meridional, presente no registro arqueológico de todo o sul do Brasil em uma escala de longa duração.

Os Jê Meridionais: breve contextualização etno-histórica

A categoria Jê Meridional se refere às etnias indígenas de língua Jê³ no sul do Brasil: são elas as etnias Kaingang e Laklãnõ (Xokleng). De acordo com estimativas lingüísticas de Urban (1992), os Kaingang e Laklãnõ (Xokleng) teriam se separado dos demais grupos da família Jê do Brasil Central por volta de 3.000 anos atrás, momento em que se iniciaria sua migração rumo ao sul. Portanto, eles teriam uma descendência única.

No entanto, ao comparar os dialetos dessas duas línguas, Wiesemann (1978) conclui que, apesar das similaridades, ambas as línguas são incompreensíveis umas às outras, concluindo que elas se separaram há muito tempo, ainda que sem estimar quando. Para a autora, o primeiro grupo a se separar teria sido o Laklãnõ (Xokleng), ao emigrar para Santa Catarina. Posteriormente, uma segunda separação teria ocorrido entre os Kaingang que habitam o atual estado de São Paulo e os demais Kaingang.

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022

² Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal do Sergipe (UFS).

³ Conforme Aryon Rodrigues (1999), os Jê Meridionais podem ser entendidos como um subgrupo da família Jê, assim como os Jê Setentrionais, Centrais e Nordestinos que, juntamente com outras famílias lingüísticas, compõem o tronco lingüístico Macro-Jê.

Entretanto, a investigação de Jolkesky (2010) aponta para outra direção. Com base na glotocronologia, o autor estima que a divergência dos Jê Meridionais junto aos demais componentes Macro-Jê teria se dado somente ao redor de 840 AD. Nessa ocasião, os Jê Meridionais teriam se dividido em dois sub-grupos: o ocidental, hoje extinto (Ingain e Kindá) e o oriental (Kaingang e Laklãnõ/Xokleng).

Por sua vez, a separação entre as línguas Kaingang e Laklãnõ (Xokleng) teria se dado em data ainda mais recente: apenas por volta de 1390 AD – portanto, apenas um século antes do início da colonização europeia nas Américas. Para Jolkesky (2010), haveria mais semelhanças lexicais entre ambos os idiomas do que entre o português e o espanhol, indicando se tratar de uma fissão mais recente do que se supunha.

O conhecimento e a memória preservados nas narrativas indígenas também dão conta do fato de um parentesco mais ou menos recente entre as etnias (Pate, 2020). De certa forma, essa hipótese seria mais condizente com a similaridade material até o momento observada entre ambas as etnias no registro arqueológico (Silva, 1999).

À época dos contatos coloniais, os Jê do sul ocupavam amplos territórios ao longo dos vales, campos e matas do planalto meridional. Como lembra Sílvio Coelho dos Santos (1973), os Kaingang se espalhavam desde o norte do Rio Grande do Sul, passando pelos campos de Palmas (PR), sertões do Tibagi (PR) e Ivaí (PR) até penetrar no sudoeste paulista. Já os Laklãnõ se estendiam desde as proximidades de Porto Alegre (RS) até os campos de Curitiba e Guarapuava (PR), passando pelo Vale do Itajaí (SC).

Por resistirem ao processo colonizador, os Jê Meridionais foram historicamente estigmatizados como *tapuias* e *bugres*, conotações pejorativas que encerram as noções de selvagem e inimigo (Santos, 1973). Também identificados pelas alcunhas de *coroados* e *botocudos*, esses grupos se mantiveram relativamente apartados do domínio de expansão econômica colonial até meados do século XIX, ocupando aquilo que Darcy Ribeiro (2017) chamava de “bolsões de mata virgem”: territórios próximos aos principais núcleos de povoação, nos quais os indígenas mantinham apenas contatos intermitentes e hostis com a colonização.

Hoje, contudo, sabemos que conceber os ambientes tradicionalmente habitados pelos Jê Meridionais como redutos intocados de mata virgem é um equívoco. Pesquisas recentes mostram que há uma associação direta entre a expansão das espécies que compõem a Floresta Ombrófila Mista e as práticas de manejo ambiental dos povos Jê

Meridionais. Em outras palavras, a formação das matas de araucária está diretamente relacionada a fatores de ordem antropogênica (Iriarte e Behling, 2007; Corteletti, 2012; Robinson *et al.* 2018; Cruz *et al.* 2020).

Arqueologia Jê Meridional: a questão da cerâmica

Apesar deste panorama recente, os Jê Meridionais possuem uma história muito mais profunda no sul do Brasil. Tal história remonta a pelo menos 3.000 anos AP e está manifesta numa ampla variedade de evidências arqueológicas, que inclui desde sítios litocerâmicos a céu aberto, montículos funerários, aterros, até abrigos sob rocha, estruturas subterrâneas, inscrições rupestres e camadas superiores de sambaquis (Schmitz, 1988; Noelli, 1999; Beber, 2005; Corteletti, 2012).

Para Noelli (1999) as evidências arqueológicas, associadas aos dados etno-históricos e etnográficos, reforçam a hipótese linguística segundo a qual os Jê Meridionais se originam a partir da família Jê no Brasil Central, em algum lugar entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia. Por volta de 3.000 anos AP, segundo as estimativas de Urban (1992), teria se iniciado sua migração em direção ao sul do Brasil.

Ao longo deste percurso, essas populações não apenas se adaptaram a uma paisagem fixa e pré-existente, mas a *habitaram* (Ingold, 2000), participando ativamente de seu processo de formação. Conforme Silva e Noelli (2016), os vestígios arqueológicos Jê Meridionais indicam que estes grupos colonizaram sistematicamente um extenso território que vai da costa atlântica até o rio Paraná, passando pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Misiones, na Argentina.

Um vestígio arqueológico fundamental que permite uma associação direta com os povos Jê Meridionais é a cerâmica, objeto da minha pesquisa. A cerâmica Jê Meridional equivale ao que se convencionou denominar na literatura arqueológica de Tradições Taquara (RS e SC), Itararé (SC e PR) e Casa de Pedra (PR). Forjadas no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), essas tipologias foram criadas para designar tipos de cerâmica pré-coloniais supostamente distintos.

Atualmente, porém, é ponto pacífico entre os estudiosos do tema que há muito mais semelhanças do que diferenças tecnológicas entre elas (Miller Jr., 1978; Schmitz, 1988; Silva e Noeli, 1996; Noelli, 1999; Silva, 2001; Beber, 2004; Araújo, 2007). O que

não é consensual é como se deve denominar tal unidade. Alguns irão defini-la a partir da junção das Tradições Taquara-Itararé (Prous, 1992; Araújo, 2007; Parellada, 2008); outros preferem designá-la cerâmica Jê Meridional (Noelli, 1999-2000), ou Proto-Jê (Silva, 2001; Corteletti, 2012), reforçando a associação que se estabeleceu entre esse tipo de cerâmica e as populações Kaingang e Laklãnõ.

Dentre os principais trabalhos que permitiram essa analogia, estão os de Miller Jr. (1978) e Fabíola Silva (1999), que ao mesmo tempo estão entre os poucos no sentido de pensar a cadeia operatória desse tipo de cerâmica. Tais estudos sugerem que, por mais que haja diferenças culturais entre as etnias – seja na língua, nos costumes funerários ou na organização social – ainda não é possível distingui-las claramente apenas com base no registro arqueológico. Em virtude disso, faz-se necessário tratar suas histórias ora comparativamente, ora isoladamente sob o rótulo genérico Jê Meridional (Noelli, 1999).

Apesar de diversos pesquisadores enfatizarem essa continuidade, deve-se ter em mente que poucas análises comparativas minuciosas foram de fato realizadas em coleções arqueológicas Jê Meridionais. Nesse sentido, não se pode descartar a possibilidade de que pesquisas futuras, assim como já sugeriu Souza (2011), percebam variações estilísticas relevantes em determinadas áreas do amplo território Jê Meridional.

Numa visão de conjunto, porém, pode-se afirmar que as discussões arqueológicas sobre a cerâmica Jê Meridional estiveram antes centradas sobre uma preocupação classificatória e tipológica do que propriamente tecnológica. Ou seja, a partir das metodologias privilegiadas pelo PRONAPA, foram selecionados atributos isolados da cerâmica como índices para o estabelecimento de “tradições”, “fases” e “sub-fases” (Barreto, 1999-2000). De forma inversa, estudos em antropologia das técnicas demonstram que é antes a relação entre atributos que denota mudanças e permanências no fazer cerâmico (Lemonnier, 1992; Gosselain, 1998).

Disso resultou uma falta de entendimento e precisão analítica sobre diversos componentes de sua cadeia operatória, ou pouco investimento na investigação da relação entre eles. Além do quê, não se buscou definir semelhanças e diferenças nas classes de vasilhas e suas respectivas associações com padrões formais e de uso, gerando dúvidas sobre a reconstrução gráfica dos vasilhames cerâmicos (Noelli, 1999-2000).

Conforme a avaliação crítica de Francisco Noelli (1999), essas carências se explicam, em grande medida, pelo distanciamento das pesquisas pronapianas em relação

ao conjunto de dados linguísticos, antropológicos e históricos disponíveis sobre os Kaingang e Laklãnõ. Por outro lado, isso também se explica pelo fato de a cerâmica Jê Meridional ter sido encarada sob o viés de uma suposta simplicidade. Inicialmente definida como “não-Tupiguarani”, ela aparece, por contraste, como que reduzida a vasilhames de pequeno porte, com pouquíssimos ou mesmo nenhum elemento decorativo; portanto, simplória. Em outras palavras, ela é definida pela lógica da ausência.

Diante disso, em minha pesquisa de mestrado (Gonzaga, 2022), propus um novo olhar interpretativo sobre a cerâmica Jê Meridional, centrado na investigação de sua cadeia operatória a partir da correlação entre os vestígios arqueológicos e as informações etnográficas e etno-históricas existentes. A ideia de cadeia operatória, sugerida inicialmente por Leroi-Gourhan (1971), diz respeito à forma específica como, em dado contexto cultural, as técnicas são mobilizadas em sequências mais ou menos coesas no processo de transformação da matéria prima em artefato.

A cadeia operatória de produção de um objeto é composta não apenas por ações, gestos e ferramentas, mas por um certo *know-how* que dispõe estes elementos em sequência e lhes dá coerência. É precisamente na forma peculiar como tal sintaxe é organizada que se revela a dimensão social das técnicas, isto é, a inseparabilidade entre técnica e os demais âmbitos da vida social (Lemonnier, 1992; Dobres, 1999; Silva, 2000; Audouze, 2002; Machado, 2007; Roux, 2017).

A cerâmica Jê Meridional segundo o registro etno-histórico e etnográfico

Há diversas fontes etno-históricas e etnografias que mencionam a relação dos Kaingang e Laklãnõ com a cerâmica. A primeira tentativa de sistematizá-las se dá com Silva (1999). Aqui, aproveitamos o levantamento realizado pela autora e consultamos novas fontes, sobretudo aquelas disponibilizadas digitalmente pela Biblioteca Digital Curt Nimuendajú⁴, além da produção recente de pesquisadores indígenas.

Muitos desses registros, porém, enfatizam justamente a decadência, quando não o abandono, que a atividade oleira passou a experimentar em virtude da intensificação do

⁴ <http://www.etnolinguistica.org/>.

contato com a sociedade não-indígena. O que contribuiu ao reforço da imagem destes povos como caçadores-coletores estritamente “nômades” ou de agricultura obsoleta.

O declínio da cerâmica se explica, em grande medida, pelo contexto mais amplo de mudanças que estes povos passaram a enfrentar a partir do contato. Como lembra Noelli (1999-2000), o processo contínuo de guerra e desterritorialização impactou significativamente a materialidade, os padrões de assentamento e a organização social dos Kaingang e Laklãnõ:

A perda e a mudança dos territórios influenciaram no abandono temporário ou definitivo de certos tipos de assentamentos, artefatos e práticas que necessitavam dos padrões tradicionais em equilíbrio, dependentes da territorialidade fixa, como as habitações semi-subterrâneas, a cerâmica e os enterramentos sem cremação (em diversos casos realizados em montículos). (Noelli, 1999-2000, p.241)

Assim, no final do século XIX, um Ambrosetti (1895, p.334) já dizia que os Kaingang de San Pedro, Misiones (Argentina), “ya la han abandonado casi por completo, y sólo alguna vieja se ocupa della por encargo; hoy prefieren las ollas de hierro, los platos de lata, etc., de fabricacion europea”.

Sobre os Laklãnõ, Paula (1924, p.127-128) registrou no início do século XX:

Usavam, antigamente, varios objectos feitos de barro cosido, taes como panellas de varios tamanhos e feitos e pequenos vasos de diferentes fôrmas, que lhes serviam para o preparo e cosimento de suas comidas.

Com os assaltos, porém, que realizaram contra os civilizados, apossaram-se mais tarde dos mesmos objectos, de ferro e de outros metaes, que, naturalmente, ficaram preferidos, em prejuízo desta arte, que decahiu inteiramente, principalmente depois do contacto comnosco.

Da mesma forma, Piazza e Eble (1968) notavam, na década de 1960, que os Laklãnõ já haviam abandonado a cerâmica há mais de trinta anos. Para os autores, os contatos belicosos entre eles e os brancos, a partir de 1840, intensificaram sua mobilidade, dificultando a manutenção da arte oleira.

Na interpretação de Santos (1973), igualmente, ao serem confinados nas encostas e vales, os Laklãnõ teriam se tornado “nômades”. Com isso, “a tralha doméstica foi amplamente simplificada e a cerâmica subsistiu em algumas poucas peças de pequeno tamanho e na memória tribal” (p.38).

Outro argumento que já foi mobilizado para explicar o abandono da cerâmica sugere que as funções desempenhadas por vasilhames cerâmicos poderiam ser facilmente supridas por recipientes de outra natureza, tornando a olaria uma atividade prescindível. Sobre os Kaingang de Palmas (PR), Loureiro Fernandes (1941) indica que, diante do contato, os indígenas passam a priorizar outros tipos de recipientes, a exemplo de cabaças e gomos de taquara que já compunham seu repertório técnico:

Continuam a utilizar, como recipientes, os frutos secos de cucurbitáceas silvestres. Constituem esses frutos, quando convenientemente dessecados, bom vasilhame que substituiu completamente os potes ou panelas de barro para bebidas (...) Utilizam-se de gomos de taquaruçú para fazer pequenas vasilhas, as quais, para melhor conservação dos líquidos, são impermeabilizados interiormente com uma cainada de cera (Fernandes, 1941, p.186-187).

Lavina (1994, p.111) argumenta algo parecido sobre os Laklãnõ (Xokleng):

A cerâmica não parece ter possuído grande importância nas atividades do grupo, sendo muitas de suas funções cumpridas por cestos impermeabilizados ou por vasilhames de madeira ou de seção cortada de Taquaruçu.

Por outro lado, o relato do batedor do mato Francisco Deeke, datado de 1878, indica que, mesmo em um período avançado de contato, no qual o grupo experimentava alta mobilidade, a cerâmica ainda se fazia presente. Em expedição de perseguição aos indígenas, Deeke encontra dois acampamentos Laklãnõ com diversas vasilhas cerâmicas:

O mencionado acampamento de verão era constituído de dois ranchos arquados, recobertos de fôlhas de palmeiras, alojamento calculado para umas 40 pessoas cada. Nêstes ranchos achamos 9 gamelas de bordas altas e retas e ao lado de uma delas um socador de pau e montões de cascas quebradas de coquinho (...) Neste caminho encontramos primeiro um acampamento mais antigo de índios, onde achamos, num rancho mais afastado, quatro cestos de água e três vasilhas de barro (*apud Santos, 1973, p.72-73-74*)

É evidente que a desestruturação territorial afeta as redes de ensino-aprendizagem que possibilitam a sobrevivência das técnicas envolvidas na confecção da cerâmica. Neste caso, porém, podemos ainda supor que as formas específicas de transmitir este ofício entre os Kaingang e Laklãnõ também ajudam a explicar esse abandono.

Como sugerem alguns trabalhos, havia diversas prescrições envolvidas na produção da cerâmica que possivelmente condicionavam uma transmissão mais direta. De acordo com Fonseca (2015), entre os Laklãnõ não era permitido a presença de crianças

em diversas etapas da cadeia operatória, como na coleta do barro e manufatura, pois poderiam adoecer ou “irritar” os espíritos que auxiliam no bom andamento do processo de produção. Da mesma forma, conforme Piazza e Eble (1968), outras mulheres Laklãnõ não deveriam se aproximar do objeto em processo de confecção, pois a peça poderia se quebrar. Prescrição semelhante também foi observada por Miller Jr. (1978) entre as ceramistas Kaingang de São Paulo.

Em conjunto, essas percepções nos indicam que muitos registros sobre a cerâmica não são representativos de toda a história Jê Meridional. Doravante, eles não podem ser alvo de analogias diretas ou “ingênuas”, por assim dizer, junto ao registro arqueológico. Ainda assim, contudo, eles fornecem indícios indispensáveis para pensarmos a cadeia operatória da cerâmica entre esses povos. Pois, de fato, muitos desses relatos sugerem técnicas, formas e usos com certa persistência temporal e geográfica.

Assim é que Ambrosetti (1895, p.334), ao mesmo tempo que atesta o abandono da cerâmica entre os Kaingang de San Pedro (Misiones), também afirma que, antigamente, esses indígenas se valiam muito da cerâmica para a produção de painéis e vasilhas várias, fornecendo uma descrição acerca de seu processo de confecção:

Ante todo, eligen la tierra, y de ella amasan bien una certa cantidad, com la que hacen una bola grande de barro, que echan en el fuego á fin de que se queme bien; despues dejan que se esfrie y la reducen á polvo pisándola; pasan por um cedazo y lo emplean despues como liga para mezclarlo com el barro fresco.

Con esta mezcla, fabrican á mano el objeto que quieren, dándole el pulido com una piedra lisa ó canto rodado de los arroyos, durante uno ó dos dias; concluida esta operacion, colocan el tiesto en um canasto sobre el fogon para que reciba bien el humo durante otros dos dias y para que adquiera el color negro característico de esas alfarerias; y en seguida lo ponen al fuego para darle la coccion necesaria. Una vez listos, los frotan com puñados de Líquenes (Usnea barbata) que se crían sobre los árboles, y que allí llaman Barba de palo, com lo que queda concluída la fabricacion.

La tierra que emplean para hacer esos tiestos es negra, y la extraen de las barrancas de los arroyos y de cierta profundidad.

Por sua vez, apesar de registrar a interrupção da manufatura da cerâmica, Fernandes (1941) também relata que, entre os mais velhos, ainda se conservavam muitas lembranças sobre este ofício:

Contam-nos que depois de escolhidas as variedades de barro nas barrancas dos rios, eram convenientemente misturadas e amassadas. Após esse preparo prévio, era a argila manipulada de maneira a tomar a forma de longos cilindros destinados a serem enrolados sobre si mesmos, superpondo-se cada volta a que a precedeu, de modo que a vasilha já tomava nessa fase inicial a forma que se lhe pretendia dar.

Terminada a modelagem precediam à cuidadosa regularização de suas faces, de maneira a torna-las bem lisas. Trabalho era este realizado diretamente por manobras manuais ou indiretamente com pedaços de porungos e pedras destinadas a esse fim.

Conservavam a superfície de algumas dessas vasilhas completamente lisas, outras eram decoradas de modo rudimentar por meio de incisões; traços lineares feitos sobre o barro com uma vareta de madeira ou com a extremidade de sabugos de espigas de milho (...)

Decoradas ou não, eram semelhantes peças, uma vez modeladas, primeiramente postas a secar no sol, ao abrigo do vento, e depois nas vizinhanças do fogo, quando sofriam a ação da fumaça, que se afirma, contribue para lhes dar coloração escura. Só então eram colocadas em covas, abertas no solo, e recobertas com galhos sobre os quais se mantinha a fogueira até o completo cozimento do barro das peças.

Faziam assim as panelas de barro (*kukrō*) destinadas ao uso doméstico (...)
(Fernandes, 1941, p.190-191)

Provavelmente, porém, o estudo mais completo sobre a cadeia operatória da cerâmica Kaingang é fornecido por Miller Jr. (1978). De acordo a sua pesquisa, realizada junto às anciãs D. Candire e D. Chica, a argila mais valorizada pelas ceramistas Kaingang é de coloração preta, buscada na parte baixa de barrancos. Na falta desta, contudo, elas também se valeram de uma argila cinzenta, coletada nas partes mais altas do mesmo.

Conforme o autor, essa escolha é de fundamental importância, uma vez que, para se obter uma superfície lustrosa – característica buscada na cerâmica Jê Meridional – somente certos tipos de argilas caolinísticas servem. Sobre isso, o autor nota que, em Kaingang, a palavra (*kokrō*) denota, ao mesmo tempo, o barro usado para fazer cerâmica e uma classe de vasilhas; enquanto que a argila que não se pode utilizar leva outro nome.

No que tange ao anti-plástico misturado à argila, Miller Jr (1978) observou o uso de caco moído entre as ceramistas Kaingang de São Paulo. No caso em questão, elas se valeram de restos de telhas; contudo, D. Chica informou ao autor que, antigamente, elas

se valiam de cacos das próprias vasilhas. As telhas foram moídas no pilão e peneiradas na pasta, depois de retiradas suas impurezas.

Quanto ao método de manufatura, o pesquisador registrou a convergência do uso das técnicas de moldagem, para a base dos potes, e do acordelamento para o restante dos potes. As peças foram alisadas e raspadas constantemente, tanto interna quanto externamente, ora com um pedaço de madeira alisada, ora com um seixo molhado. O resultado deste alisamento intenso é a produção de uma fina película nas paredes que pode ser confundida com banho ou engobo.

A respeito do tratamento de superfície, Miller Jr. (1978) destaca o polimento operado antes da queima. Para tanto, as ceramistas também se valem de um seixo alisado, que é friccionado na peça em movimentos horizontais. Conforme o autor, o polimento é repetido muitas vezes durante a secagem, sendo que as estrias feitas parcialmente obliteram as anteriores até alcançar o lustro.

A queima foi realizada em uma fogueira a céu aberto na superfície do chão, sem a abertura de buracos. As peças foram envolvidas e cobertas com lenha. É no pós-queima que ocorre o que o autor denomina de esfumamento, processo de adensamento das paredes lisas da peça, que as torna ao mesmo tempo mais lustrosas (brunidas) e menos permeáveis. Este efeito é obtido pela inserção ao da peça em brasa em material orgânico após a queima. Neste caso, os vasilhames incandescentes foram depositados sobre palha de milho e girados. Nas palavras de Miller Jr (1978, p.11), “uma nuvem de fumaça preta envolveu a peça, penetrando nas paredes”, transformando o que seria uma superfície vermelha ou amarronzada em preta.

Um fato curioso é que, ao serem perguntadas por que efetuam o esfumamento, as mesmas senhoras responderam que o seu objetivo é “fazer o *kokrõ* ficar mais bonito”. Isso reforça a interpretação de que as superfícies enegrecidas e brilhantes da cerâmica Jê Meridional também podem ser pensadas em termos “decorativos”, compondo uma estética *sui generis*. Miller Jr. (1978) também identificou ao menos quatro classes de vasilhas com base em seus aspectos formais e de uso.

Dentre os dados etnográficos e etno-históricos, também se pode depreender informações sobre o fazer da cerâmica entre os Laklãñ. Paula (1924, p.128) já registrava:

Anteriormente a esse contacto ainda alguns botocudos, os mais idosos, dedicavam-se à cerâmica. Evidente é que, para a factura destes objectos, necessitam elles de

um barro especial; e acreditam os botocudos que o arco-íris é o indicador destas jazidas de barro especial, e por essa crença antiga denominam-n'o de 'Kukronndouma' (flecha de panella), entendendo-se a que indica o lugar em que se encontra o barro proprio para a ceramica.

Uma descrição do processo produtivo entre os Laklãnõ também é encontrada em Sullivan e Moore (1990:41-42, *apud* Lavina, 1994):

...a argila é misturada com o tempero de carvão fino da árvore Klagñu queimada. O uso do carvão como tempero e a exposição dos potes à fumaça antes de queima produz a cor negra característica. Tijelas (bowls) são feitas pela mão (...). A base é modelada com os dedos e as paredes são construídas pela adição de roletes de argila, que são esmagados e afinados com os dedos, por um pedaço de madeira ou concha. O interior é limpo com Kopã e a superfície externa é polida e brunida com uma pedra redonda. Os potes são postos no sol. São normalmente polidos e secos quatro ou mais vezes. Quando os potes secaram ao ar livre, a mulher faz um forte fogo, pondo-os próximos e girando-os lentamente para que sequem de maneira uniforme e não quebrem. Quando estão completamente secos, são cobertos por achas de lenha e aquecidos ao rubro. Após a queima e enquanto o pote está suficientemente quente é removido com pinça e sua face externa é esfregada com cera de abelha. O processo leva aproximadamente três dias.

No que tange ao processo de esfumamento entre os Laklãnõ, o relato de Eurico Miller (1971) demonstra a possibilidade de uso de barba de pau e samambaia, além da cera de abelha já citada:

Alguns Botocudos provenientes de Santa Catarina e atualmente radicados no Toldo Ligeiro, próximo à cidade de Getúlio Vargas – R.G.S., explicam que o enegrecimento do vasilhame é obtido pelo friccionamento de 'barba de pau' ou 'sambambaia' sobre a superfície de pote recém tirado da queima (por oxidação). Experiências de laboratório demonstraram que nesse caso o enegrecimento é resultante da fixação por fricção do 'picumã' que penetra nos poros da cerâmica mais a resina liberada das plantas citadas pelo calor. (p.54)

Ao conversar com anciões Laklãnõ, Piazza e Eble (1968) também retiveram informações sobre a elaboração da cerâmica antes da pacificação:

(...) pode-se dizer que a cerâmica dos Xokleng foi confeccionada por mulheres, utilizando-se argila preta, de terrenos encharcados ou banhados, à qual adicionavam carvão triturado. À essa massa de argila e carvão davam, então, com a mão, a forma que achavam conveniente, em geral de recipientes de pequeno tamanho, de caráter estritamente utilitário (...) Dada a conformação desejada ao

recipiente, êste era pôsto a secar ao ar livre, e, quando estivesse quase sêco era alisado e polido com seixos, e, só, então, levado ao fogo. Êste fogo era brando. Tanto na secagem ao ar livre, como no fogo, estabeleciam e estabelecem as regras éticas que outras mulheres, ceramistas ou não, não deviam se aproximar do objeto em processo de confecção, que se poderia partir pela proximidade maior de outra pessoa (...) Os remanescentes desta arte oleira nos falam de um nomadismo intenso, com uma organização social já com liames modificados (Piazza e Eble, 1968, p.12-13).

Finalmente, pode-se achar em Sílvio Coelho dos Santos (1973) informações sobre a cerâmica Laklãnõ. Segundo o autor, à base de estímulos, conseguiu que algumas mulheres fizessem algumas peças de cerâmica no ano de 1967. Na ocasião, registrou as seguintes informações a partir de diálogo com uma indígena de nome Iocô Aiú:

As panelas são feitas com barro, misturado com carvão. O barro é bem amassado e limpo. Depois de moldada, a peça fica secando uma semana mais ou menos. A seguir, faz-se a queima numa fogueira ao ar livre. A peça é envolvida num musgo, chamado barba de pau. Durante a queima a mulher 'reza' pedindo que a panela não se quebre.

Para além da produção da cerâmica, os relatos pesquisados também retêm elementos importantes sobre o uso e o lugar que estes artefatos possuíam na vida social dos Jê Meridionais. Entre os Kaingang, não são poucos os registros que dão conta do uso de panelas de barro para produção e consumo de bebidas cerimoniais etílicas.

Sobre os pertences pessoais dos Kaingang do Rio Grande do Sul, o frei Luiz de Cemitille (1882) afirma que

Consiste sua indústria no tecido de um panno grosso feito com as fibras de ortiga grande (*uáfê*), na fabricação de alguns utensílios de barro e especialmente na feitura de lanças, arcos e flechas (...) Occupam-se as mulheres no serviço dos tecidos e na fabricação da louça; os homens nos adornos das armas.

Conforme o autor, entre outras coisas, essas vasilhas de barro serviam de suporte para o preparo da bebida fermentada servida nas grandes festas do ritual do *Kiki*:

Para prepararem as bebidas destinadas a essa festa mettem o milho e o pinhão juntamente com agua em grandes panellas de barro, e perto do fogo os moem com os dentes para mais depressa fazel-os fermentar; depois, misturam o caldo do milho com mel, formando por este processo uma bebida embriagante, pouco agradável ao paladar da gente civilisada, mas muito apreciada dos selvagens, que a chamam *aquiqui*, isto é, aguardente (Cemitille, 1882, p.263)

Algo parecido é registrado por Telêmaco Borba (1908) entre os Kaingang do Vale do Piquiri (PR). Sobre os seus pertences, o autor já afirmava que

muito poucos utensílios teem, e estes compõem-se geralmente de: Uma panela de barro (*cócron*), um machado de pedra (*póbéng*), um pequeno pilão (*craie*) (...), um cesto (*queinhe*), algumas cuias, porungos e cabaças (*rundia*), e pequenas lascas de pederneiras (*loi*) (p.9).

Além de registrar o preparo da bebida do *kiki*, Borba também encontrou dois outros tipos de fermentados à base de milho, *goifá* e *goiocupry*. Esta última bebida, a julgar pelo autor, era preparada em “grandes vasos de barro *cocron-bang*”:

Preparam duas qualidades de bebidas fermentadas, cujo fundo principal é o milho (*nhára*); a que é feita só de milho e agoa chamam-*goifá*-quando a esta adicionam mel de abelha chamam-n’a *quiqy*. Para preparar o *goifá*, soccam o milho, depositam-o em grande quantidade de agoa morna, em grandes coches de madeira, colocados perto do fogo e todos os dias mechem-n’o; quando cessa a fermentação, está prompto e principiam a beber-o cantando e dançando de noite e de dia, até cahirem bebedos e o *goifá* acabar-se.

Fazem do milho uma outra bebida, espécie de mingao ralo, a que chamam – *goiocupry* – (agoa branca); o modo de preparal-a é: primeiro dando uma ligeira torrefação ao milho, o que fazem pondo este em cestos misturados com brasas e agitando-o ao ar; trituram-o depois, e o depositam em grandes vasos de barro, *cocron-bang*, junto a um fogo grande; põem-lhe agoa até encher os vasos e assim os deixam por uma noite; ao outro dia sentam-se algumas mulheres velhas ao redor dos vasos, vão tirando o milho com as mãos, mastigando-o com muito vagar e tornando a deposital-o nos mesmos; depois de vinte e quatro horas deste processo, bebem-o e dizem que é muito agradável e substancial (Borba, 1908, p.14-15).

O mesmo é registrado por Ambrosetti entre os Kaingang de San Pedro (Misiones):

El *góio kupri* (água blanca) tambien lo hacen de maiz (...) El maiz, ante todo, es colocado junto com brasas, em canastos, los que sacuden en el aire para que quede ligeramente asado; luego lo pisan em el mortero, y em vez de ponerlo em lãs bateas del *Góio fá*, lo echan em ollas de barro, lãs que llena de água y colocan cerca de um fuego lento, donde deben quedar toda la noche. Al outro dia empieza la muqueuada, es decir, la mascada Del mismo maiz, que sacan de lãs ollas em pequeñas porciones á fin de impregnarlas bien de saliva, y que la ptialina descomponga el almidon en dextrina y azúcar tan necessária para la mas rápida

fermentacion, para volverlas á echar, outra vez, en la olla (Ambrosetti, 1895, p.330).

Além de servir como suporte para o preparo das bebidas fermentadas, panelas de barro também eram utilizadas pelos Kaingang em atividades rotineiras. Fernandes (1941), por exemplo, observa que os pinhões eram cozidos em recipientes cerâmicos antes de serem armazenados em cestos para estações futuras. Por sua vez, Ambrosetti (1895) registra que, no processo de feitura de tecidos, as mulheres Kaingang ferviam as fibras de Urtiga Brava em panelas de barro com água e cinzas.

Sobre os Laklãnõ, poucas informações pude reter sobre os possíveis usos envolvendo vasilhas cerâmicas. Em trabalho sobre a alimentação tradicional de sua etnia, o pesquisador indígena Criri (2015, p.19) menciona um tipo de sopa (*kulav*) – também à base de milho – que era preparada e servida em potes de barro:

O kulav (sopa) era feito geralmente com milho mastigados pelas mulheres. Coloca-se a água na panela de barro misturando o milho já mastigado, após 5 a 10 dias de fervura, retira-se a panela e servida em potes feitos de barro.

Por outro lado, é possível vislumbrar a inserção da cerâmica em atividades ritualísticas da etnia. Jules Henry (1941) já havia notado que, para os Laklãnõ, as panelas são “muito mais do que meros utensílios de cozinha – elas são símbolos do organismo vivo” (p.107, tradução livre). Assim, muito deste afeto é cristalizado ao redor delas em termos de prescrições e rituais, especialmente quando se trata da morte.

Quando alguém morre, já notava o autor, os objetos e pertences que estiveram em contato próximo com o morto devem ser quebrados, em ordem de evitar problemas com o seu espírito *kuplêng*. Aí se incluem arcos, flechas, lanças, machados, cestarias, roupas e panelas de barro. No caso das panelas de ferro – que àquela altura o pesquisador já notava tomarem o lugar das de barro – elas eram simplesmente abandonadas.

Ao mesmo tempo, o (a) viúvo (a) da pessoa falecida (*thúpqya*), não deve se alimentar de comida cozida em uma panela até que o seu isolamento (*waikômáng*) termine. Durante este período, a pessoa deve abandonar o acampamento sozinha, portando apenas seu arco e flecha, um machado e uma coberta. Panelas não são permitidas, uma vez que só se pode se alimentar de mel e vegetais. O descumprimento dessa regra poderia acarretar na sua morte.

A inserção da cerâmica na cosmologia e modo de vida Laklãnõ, por fim, se revela no trabalho de Raphael Jidean Fonseca (2015). Acadêmico indígena da etnia Laklãnõ, Fonseca foi ao encontro de pessoas mais velhas de sua comunidade que conservam o conhecimento da cerâmica, entrevistando-as e participando de processos de confecção.

O trabalho mostra que, apesar do processo de desterritorialização e desestruturação sofrido pela população Laklãnõ desde o contato, diversos elementos relativos à cadeia operatória da cerâmica permanecem vivos. Conforme o autor,

Atualmente há mais de uma maneira de produzir cerâmica entre os Xokleng. Pude acompanhar duas famílias na produção de vasilhas cerâmicas. Ambas faziam de formas distintas, utilizando a mesma argila, mas uma acrescentava um tempero de cinza e outra não utilizava nenhum tempero, utilizando apenas a argila na produção (2015, p.18).

A pesquisa realizada por Fonseca, que inclui entrevistas junto a três sábios (Sr. Alfredo Patté, Marlene Patté e Verônica Mõkónã), indica que a obtenção de matéria prima segue certas regularidades. Confirmando diversos relatos etno-históricos, o autor nota que a busca por argila está pautada em sinais fornecidos pelo arco-íris:

(...) pra encontrar os lugares onde tem argila era preciso esperar nos dias em que aparecia um arco-íris no céu e onde ele nascia ali estava a argila boa. Eles contam que onde o arco-íris nasce, ele próprio cozinha o barro, transformando em uma argila boa (Id., p.25).

A seleção desse tipo específico de matéria prima é de fundamental importância. Conforme Fonseca, não é que os anciões não conhecessem outras fontes de argila em outros lugares; contudo, essas fontes não eram tão boas, pois a argila não estava “preparada” pelos espíritos. Há mais do que uma motivação pragmática nessa escolha:

(...) procurar a argila através do arco-íris é mais do que saber aonde ela está, ou simplesmente ir e tirar de qualquer lugar. A forma pela qual eles procuravam através do arco-íris estava ligada não apenas à sua localização, como forma de mostrar onde ela estava, mas a sua capacidade de preparar a argila (Id., p.25).

Já outros materiais, como os anti-plásticos mesclados à argila durante o processo (folha de coqueiro, grandíuva e barba de pau), são retirados da mata. Conforme Fonseca (2015, p.23), “esse material servia para fazer o carvão para ser misturado com a argila para quando estivessem preparando e modelando a panela pra ela ficar mais resistente no preparar e no secar”.

O manejo de todas essas matérias primas, contudo, parece incluir uma série de negociações ritualísticas junto a alteridades extra-humanas. De acordo com o autor, “a pessoa que for tirar quando estiver andando a procura dos materiais, ela tem que conversar com os espíritos da natureza, pedir para eles, para que então eles possam tirar o material”, sob pena de ter sua família amaldiçoada por esses mesmos espíritos.

Aparentemente, este último aspecto é constitutivo de diversas etapas do processo de produção da cerâmica entre os Laklãnõ. Para retirar o barro, quando o arco-íris o indicava, não era permitido levar qualquer pessoa, especialmente crianças, pois podiam adoecer. Da mesma forma, não se podia retirar mais argila do que o necessário para os vasilhames a serem confeccionados.

Já no que tange ao preparo da argila,

(...) eles disseram que devemos conversar com a argila pra ela ficar uma panela bem feita e que não vai rachar. As mulheres também não podem ficar de perna aberta quando estão preparando a argila e quando estão queimando-a no fogo (Id., p. 24).

Depois de alguns dias de secagem, as panelas eram queimadas; preferencialmente, com lenha de madeiras específicas (araucária, canela-fogo, guamirim-ferro), pois elas mantinham o fogo em uma temperatura certa para que as panelas não quebrassem. A julgar por Fonseca, contudo, não era qualquer pessoa que podia realizar a queima:

Existiam as pessoas que podiam ou que tinham o dom de realizar essa pratica (...) Para aqueles que não tinham o dom de queimar, não adiantava queimar, porque não iria dar certo, as panelas quebrariam ou estourariam na hora em que estivessem no fogo. Por isso acreditavam que apenas algumas pessoas podiam, isto é eram abençoadas pelos espíritos da natureza e que apenas elas poderiam queimar (Id, p.26)

Em suma, o fazer da cerâmica entre os Laklãnõ corrobora aquilo que Claude Lévi-Strauss (1985, p.34) já havia percebido, quando afirmou que “em todas as informações relativas à arte da cerâmica na América do Sul, fica evidente que ela é objeto de cuidados, preceitos e proibições múltiplas”.

Considerações Finais

A ideia de “revisitar” a cerâmica Jê Meridional (Gonzaga, 2022), envolve uma série de desafios visando a construção de um novo olhar interdisciplinar sobre esse tipo de vestígio. Levar a sério o conjunto de relatos aqui expostos me parece uma etapa imprescindível para a investigação das mudanças e permanências na olaria entre os Kaingang e Laklãnõ (Xokleng) através do tempo. Não apenas porque eles atestam a continuidade de técnicas que, em muitos casos, podem ser identificadas em conjuntos artefatuais recuperados em contextos arqueológicos numa ampla distribuição geográfica. Mas sobretudo porque essas técnicas pressupõem conhecimentos e habilidades situados, que revelam uma lógica comum, isto é, um sentido cultural na ocupação e manejo da paisagem. Sob essa ótica, a cadeia operatória da cerâmica se torna um potente vestígio material que nos ajuda a compreender a trajetória histórica Jê Meridional no sul do Brasil.

Referências Bibliográficas

AMBROSETTI, Juan B. 1895. Los indios Kaingángues de San Pedro (Misiones). **Revista del Jardín Zoológico de Buenos Aires**, tomo II, ent. 10, p. 305-387.

ARAÚJO, A.G.M. 2007. A Tradição Itararé-Taquara: Características, Área de Ocorrência e Algumas Hipóteses sobre a Expansão dos Grupos Jê no Sudeste do Brasil. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, 20: 9-38.

AUDOUZE, F., 2002. Leroi-Gourhan, a philosopher of technique and evolution. **J. Archaeol. Res.** 10, p. 277-306.

BARRETO, C. 1999/2000, A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. **Revista USP**, n.44: 32-51.

BEBER, Marcus V. 2004. **O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé**. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

BORBA, Telêmaco A.E.M. 1908. **Actualidade indígena no Paraná**. Curitiba: Typ. da Imprensa Paranaense.

CEMITILLE, Luiz de. Memória sobre os índios caingangs e camés (coroados). 1882. In: TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. 1888 **Os índios Caingangues (Coroados de**

Guarapuava). Monografia acompanhada de um vocabulário do dialeto de que usam. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.

CORTELETTI, R. 2012. **Projeto Arqueológico Alto Canoas – PARACA: um estudo da presença Jê no Planalto Catarinense.** Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, Brasil.

CRIRI, João. 2015. **A alimentação tradicional Laklãnõ (Xokleng).** Trabalho de Conclusão de Curso: Licenciatura Intercultural Indígena, UFSC.

CRUZ, A.P.C *et al.* 2020. Pre-colonial Amerindian legacies in forest composition of southern Brazil. **PLOS ONE**, 15(7)

DOBRES, M.A. 1999. Technology's Links and Chains: The Processual Unfolding of Technique and Technician. In: DOBRES e HOFFMAN (Ed.) **The Social Dynamics of Technology: Practice, Politics, and World Views.** Smithsonian Institution Press, Washington, D.C, 1999, pp. 124–146.

FERNANDES, L. 1941. Os Caingangues de Palmas. **Arquivos do Museu Paranaense** v. I, p. 161-209

FONSECA, Raphael Jidean. 2015 **O conhecimento dos sábios sobre a cerâmica na terra indígena Xokleng/Laklãnõ.** Trabalho de Conclusão de Curso: Licenciatura Intercultural Indígena, UFSC.

GONZAGA, F. 2022. **Revisitando a cerâmica Jê Meridional em Santa Catarina: O Sítio Rio Platê I.** Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, p.209.

HENRY, Jules. 1941. **Jungle People: a Kaingáng tribe of the highlands of Brazil.** New York, Vintage Books.

INGOLD, Tim. 2000. **The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill.** London: Routledge.

IRIARTE, J. & BEHLING, H. 2007. The expansion of Araucaria forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition. **Environmental archaeology** 12, 115–127.

JOLKESKY, M. P. de V. 2010. **Reconstrução fonológica e lexical do proto-Jê meridional.** Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LAVINA, R. 1994. **Os Xokleng de Santa Catarina: Uma Etnohistória e Sugestões para os Arqueólogos**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo.

LEMONNIER, P. 1992. **Elements for an anthropology of technology**. University of Michigan, Ann Arbor.

LEROI-GOURHAN, A. 1971. **El gesto y la palabra**. Caracas: Universidade Central de Venezuela.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1985. **A oleira ciumenta**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MACHADO, J.S. 2007. Os significados dos sistemas tecnológicos: classificando e interpretando o vestígio cerâmico. **Arqueologia Suramericana**, v.3, p.62-83.

MILLER, E. 1967. Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (1965-1966)**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém/PA.

MILLER JR, T.O. 1978. Tecnologia Cerâmica dos Caingang Paulistas. **Arquivos do Museu Paraense, Nova série etnologia**, Curitiba, 2: 1-51.

NOELLI, F.S. 1999. Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 3: 285- 302.

NOELLI, F.; SOUZA, J. 2017. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciênc. hum., Belém, v. 12, n. 1, p. 57-84.

PATE, O. K. 2020. **O Contato Descrito Pelos Laklãnõ Xokleng, Os Descendentes De Kaingang E As Trocas De Costumes E Saberes**. Trabalho De Conclusão De Curso. Licenciatura Intercultural Indígena Do Sul Da Mata Atlântica. Universidade Federal De Santa Catarina. Florianópolis.

PAULA, J. M. 1924. Memória sobre os Botocudos do Paraná e Santa Catarina organizado pelo Serviço de Proteção aos Índios sob a inspeção do Dr. José M. de Paula. **Anaes do XX Congresso Internacional de Americanistas**, Rio de Janeiro, v. I, p. 117-137.

PARELLADA, Claudia I. 2008. Tecnologia e Estética da Cerâmica Itararé Taquara no Paraná: dados etno-históricos e o acervo do Museu paranaense. **Revista de Arqueologia**. Sociedade de Arqueologia Brasileira, n. 21, p. 97-111.

PIAZZA, Walter; EBLE, Alroino. 1968 Arqueologia do Vale do Itajaí. Sítio Cerâmico Rio Plate (SC-VI-19) **Blumenau em Cadernos**. TOMO IX, N.1.

PROUS, A. 1992. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, Editora da UNB.

RIBEIRO, Darcy. 2017. **Os índios e a civilização**. Global Editora; 7ª edição, 504 p.

ROBINSON, M. *et al.* 2018. Uncoupling human and climate drivers of late Holocene vegetation change in Southern Brazil. **Nature Scientific Reports**. 8,7800.

ROUX, V. 2017. Ceramic manufacture: the chaîne opératoire approach. In A. Hunt (ed.), **Oxford Handbook of Archaeological Ceramic Analysis**, p.1-17.

SANTOS, Silvio Coelho dos. 1973. **Índios e brancos no sul do país: a dramática experiência Xokleng**. Florianópolis: Edeme.

SCHMITZ, Pedro I. 1988. As tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro. **Arqueologia do Rio Grande do Sul**, Rio Grande do Sul, n. 2, p. 74- 130.

SILVA, F.A. 1999. As cerâmicas dos Jê do Sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. **Revista do CEPA**, 23/30: 57-73.

_____. 2000. **As tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica**. Tese (Doutorado)–FFLCH/USP, São Paulo.

SILVA, Sergio Baptista da. 2011. **Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais**. Tese (Doutorado)–PPGAS/USP, São Paulo.

SOUZA, J.G. 2011. Linguistics, archaeology, and the histories of language spread: the case of the Southern Jê languages, Brazil **Cadernos de Etnolingüística**: volume 3, número 2, p.1-16.

URBAN, G., 1992. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: Cunha, Manuela Carneiro da (org.) **História dos índios no Brasil**, p. 87-102. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP.

WIESEMANN, U. 1978. Os dialetos da língua Kaingang e o Xokleng. **Arquivos de Anatomia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 199-217.